

Governo combaterá fraudes na ocupação de cargos

Geraldine Mara

JULIANNA SOFIA

O Governo aumentou o cerco contra as fraudes na ocupação de cargos do funcionalismo público federal. A partir de agora, toda vez que um servidor deixar ou assumir um cargo efetivo, o processo será automaticamente registrado no ministério da Administração. Segundo técnicos do ministério, com o novo sistema será possível impedir que um cargo, ao ser desocupado, possa ser preenchido por várias pessoas ao mesmo tempo. Brechas que existiam no processo de vacância e provimento de cargos permitiam que situações deste tipo ocorressem com frequência no serviço público.

Se um servidor do Ministério da Educação, por exemplo, se aposentasse e uma pessoa que tem acesso ao controle de funcionários do Ministério colocasse 10 nomes no lugar, isto hoje seria aceito pelo sistema do órgão, que perderia o referencial de quantas vagas existiam de fato. A fraude era muitas

vezes ignorada, pois a grande rotatividade de servidores dificultava ao Ministério da Administração — centralizador das informações — estar atualizado com os números de todos os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional. Não existia um sistema integrando todo o serviço público. Com o registro automático, ao surgir uma vaga, ela só poderá ser ocupada uma única vez.

“Não existia controle algum das vagas. Os próprios órgãos às vezes não sabia quantos lugares estavam livres, realmente, ao pedir que fosse feito um concurso”, comentou um técnico. Em termos práticos, o controle dos cargos será feito relacionando-se (automaticamente) o cadastro do servidor que entra ou sai, com a atual lotação do serviço público. Para operar o novo sistema, 1.800 servidores públicos estão sendo treinados, até março, nas 900 Unidades Pagadoras do Governo Federal. Simultaneamente

ao treinamento, o processo de controle automático dos cargos ocorrerá sem problemas.

Fontes do Ministério da Administração adiantam que, a partir do próximo mês, também será possível “patrulhar” de forma automática a acumulação ilegal de cargos. Isto será feito por meio do Sistema Integrado de Administração de Pessoal que, primeiramente, era usado apenas para controlar a folha de pagamento e, agora, faz o controle dos cargos. Atualmente, no serviço público federal existem aproximadamente 135 mil vagas. Os concursos públicos para o preenchimento destes lugares estão sendo refreados pelo Governo, que vem tentando conter o inchaço da administração pública. O funcionalismo público federal conta, hoje, com 565 mil servidores. “Mas medidas de controle às fraudes serão desenvolvidas no Sistema Integrado de Administração de Pessoal”, garante uma fonte do Ministério da Administração.